

1 **ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA**
2 **ASSOCIAÇÃO PRÓ-GESTÃO DAS ÁGUAS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO**
3 **PARAÍBA DO SUL - AGEVAP, REALIZADA NO DIA TRINTA DE MARÇO DO ANO DE**
4 **2016, NA SEDE DA AGEVAP, EM RESENDE/RJ.** Aos trinta dias do mês de março de
5 2016, foi realizada a 1ª Reunião Extraordinária do Conselho de Administração (CA) da
6 AGEVAP, com a presença dos Conselheiros: Jaime Teixeira Azulay, Alexandre Vinícius
7 Vieira da Rosa, Evandro Rodrigues de Britto e Lúcio Henrique Bandeira, como ausência
8 justificada o Conselheiro Juarez de Magalhães e dos **seguintes convidados:** André Luis
9 de Paula Marques (Diretor-Presidente - AGEVAP), Maria Aparecida Borges Pimentel
10 Vargas (Secretária Executiva do CEIVAP), Giovana Cândido Chagas (Gerente
11 Administrativa - AGEVAP) e Edson Brasil de Matos Nunes (Assessoria Jurídica –
12 AGEVAP). Às 9 horas e 30 minutos, o Presidente do CA – Jaime Teixeira Azulay
13 agradeceu a presença de todos e deu início a reunião. A reunião teve a seguinte **Ordem**
14 **do dia:** 1. Aprovação da Pauta. 2. Informes sobre o Mandado Judicial – Diligência da
15 Polícia Federal. 3. Relato da Sr.^a Maria Aparecida Borges Pimentel Vargas – Secretária
16 do CEIVAP. **1. Aprovação da Pauta.** O presidente do CA – Jaime Teixeira Azulay
17 questionou os conselheiros e demais presentes sobre a aprovação da pauta da reunião,
18 sendo aprovada pelos conselheiros presentes. O Presidente do CA informou sobre o
19 objetivo da reunião, esclarecendo aos presentes que a AGEVAP em si não está sendo
20 investigada, porém é necessário esclarecer todos os assuntos pertinentes ao Inquérito
21 Civil e que convidou a Sr.^a Maria Aparecida para que a mesma faça sua defesa e preste
22 os esclarecimentos necessários. Informou que convidou a Gerente do INEA – Livia
23 Soalheiro Romano, comunicando que a mesma não pode comparecer à reunião, além do
24 Diretor do CBH Guandu – Júlio César Oliveira Antunes. Comunicou aos presentes que
25 nas próximas reuniões convidará outros membros da Assembleia Geral da AGEVAP e
26 dos Comitês. **2. Informes sobre o Mandado Judicial – Diligência da Polícia Federal.** O
27 Presidente do CA – Jaime Teixeira Azulay solicitou que o assessor jurídico da AGEVAP –
28 Edson Brasil de Matos Nunes fizesse um relato sobre a investigação, a partir da presença
29 da Polícia Federal na Sede da AGEVAP no dia 04 de fevereiro de 2016. O Diretor-
30 Presidente da AGEVAP – André Luis de Paula Marques, pediu a palavra inicialmente,
31 informando que gostaria de fazer um relato sobre os acontecimentos, a partir da abertura
32 do processo do Inquérito Civil. O Diretor-Presidente da AGEVAP – André Luis de Paula
33 Marques informou que há uma grande discussão sobre a AGEVAP ser um ente público ou
34 privado. Informou aos conselheiros, que grande parte dos empregados da agência, tem
35 mais experiência em trabalho em empresas privadas do que em empresas públicas. Que
36 na época dos processos que estão sendo investigados, os funcionários não tinham muita
37 experiência na área de licitação. Explicou que em um dos processos investigados, houve
38 um Termo Aditivo que ficou superior aos 25% (vinte e cinco por cento) previstos em lei,
39 inclusive com alteração do objeto. Na época, as contratações eram feitas com base no
40 valor deliberado pelo Comitê CEIVAP, sem a realização de um orçamento prévio. O
41 Diretor-Presidente da AGEVAP – André Luis de Paula Marques explicou que capacitou os
42 funcionários na área de licitação e elaboração do orçamento, e que está providenciando a
43 contratação de um novo curso na área de licitação. O Assessor Jurídico da AGEVAP –
44 Edson Brasil de Matos Nunes passou os informes ao Conselho de Administração, sobre a
45 origem do Inquérito Civil Público, informando que foi feita uma denúncia anônima.
46 Informou que várias pessoas foram convocadas para prestar depoimentos no MPF:
47 Juliana Gonçalves Fernandes – atual Diretora de Recursos Hídricos, Edson Guaracy Lima
48 Fujita – ex Diretor-Executivo da AGEVAP, Hendrik Lucchesi Mansur – ex Coordenador de
49 Gestão da AGEVAP e Davi Moura – ex assessor jurídico, informou que o MPF, a partir
50 dos depoimentos, apurou que alguns processos poderiam ter sobrepreço nas
51 contratações, solicitando a apresentação da cópia desses processos. O Diretor-
52 Presidente da AGEVAP – André Luis de Paula Marques explicou sobre a saída/demissão
53 dos antigos diretores da AGEVAP no ano de 2012, e a decisão do antigo Conselho de
54 Administração na reestruturação da nova diretoria. O Diretor-Presidente da AGEVAP –

55 André Luis de Paula Marques informou que a ANA foi convocada pelo MPF para ser
56 perita no processo, sendo responsável por auditar todos os processos denunciados.
57 Informou que ao ser admitido na AGEVAP analisou alguns processos, além dos que
58 estavam sendo investigados e que cancelou alguns contratos, entre eles o da
59 decodificação do Plano de Bacia. Comunicou que suspendeu uma licitação que estava
60 em andamento, pois já havia informações sobre direcionamento para contratação de uma
61 determinada empresa. Destes processos, foram apontados erros formais e somente um
62 apresentou sobrepreço na proposta. O Diretor-Presidente da AGEVAP – André Luis de
63 Paula Marques informou aos Conselheiros sobre os convênios assinados com o IGAM no
64 ano de 2008, onde houve subcontratação de empresas por parte da AGEVAP e que por
65 esse motivo a prestação de contas não foi aprovada pelo IGAM, sendo necessário a
66 devolução dos recursos para o IGAM. Informou que as empresas subcontratadas foram
67 notificadas judicialmente pela AGEVAP. O Conselheiro Lúcio Henrique Bandeira
68 questionou sobre o mandado da polícia federal, sendo informado pelo Diretor-Presidente
69 da AGEVAP – André Luis de Paula Marques que a busca e apreensão tem motivação a
70 partir do Inquérito Civil, que havia pagamentos à empresas contratadas, autorizados pelo
71 antigo Diretor-Executivo da AGEVAP, de produtos sem serem analisados ou com
72 inconsistências. Informou que toda documentação encontra-se inserida nos processos. O
73 Assessor Jurídico da AGEVAP – Edson Brasil de Matos Nunes informou que
74 primeiramente é aberto o Inquérito Civil Público - ICP e a partir da análise do processo, o
75 Ministério Público Federal identifica dentre os documentos, os fatos que podem ser
76 levados para a esfera criminal, envolvendo aí a Polícia Federal. De uma maneira geral,
77 entende-se que não houve indícios de crime na AGEVAP, apenas um ponto em especial.
78 O Ministério Público Federal encaminhou ofício à AGEVAP solicitando que informasse se
79 a agência efetua depósitos sem identificação nas contas dos funcionários da AGEVAP,
80 especificamente na conta do Sr. Iávio Antonio Simões e da Sr.^a Maria Aparecida Borges
81 Pimentel Vargas. O Assessor Jurídico da AGEVAP – Edson Brasil de Matos Nunes
82 informou que a partir deste ofício, entendeu-se que houve quebra dos sigilos bancários e
83 fiscais desses envolvidos e desde então o processo corre em segredo de justiça,
84 causando dificuldade do jurídico em acessar as informações constantes no processo.
85 Quando há suspeita de crime, o MPF remete o processo para a Polícia Federal, que
86 expediu o mandado de busca e apreensão tanto na Sede da AGEVAP, quanto nos
87 endereços das pessoas e empresas que estão investigadas. As pessoas físicas que estão
88 sendo investigadas são: Thomas Augusto Diniz Pinelli, Maria Aparecida Borges Pimentel
89 Vargas, Paulo Roberto Tobiezi, Flávio Antonio Simões, José Augusto Pinelli e as
90 empresas Vallenge Consultoria, Projetos e Obras Ltda, Resitec Serviços Industriais Ltda,
91 Resitec Tecnologia em Resíduos Ltda e Resitec Comercial Representações Ltda ME e o
92 Consórcio Valletec Aparecida, que foram identificados depósitos nas contas bancárias
93 desses envolvidos. O Assessor Jurídico da AGEVAP – Edson Brasil de Matos Nunes
94 informou que verificou que até o presente momento, não há nada que caracterize que a
95 AGEVAP esteja envolvida em esquema criminoso, em especial pela forma como o
96 cumprimento do mandado de busca e apreensão foi conduzido na Sede da AGEVAP. O
97 Diretor-Presidente da AGEVAP – André Luis de Paula Marques informou que esse
98 assunto foi tratado até na reunião do CTCOB, que foi questionado por vários participantes
99 e que após a reunião recebeu carta da diretoria do Fórum Nacional da Sociedade Civil
100 dos Comitês de Bacia Hidrográficas - FONASC.CBH, solicitando informações sobre o
101 processo (ICP-MPF). Sendo informado pelo Presidente do Fórum – Sr. João Clímaco, que
102 a situação fica complicada para a AGEVAP, pois esta lida com recursos públicos. O
103 Diretor-Presidente da AGEVAP – André Luis de Paula Marques informou que enviou
104 resposta ao Fórum, esclarecendo todo o assunto. O Diretor-Presidente da AGEVAP –
105 André Luis de Paula Marques informou que desde a denúncia, não houve nenhum
106 pagamento à empresa contratada, considerando que houve a identificação de sobrepreço
107 no valor do contrato. O orçamento elaborado pelo técnico da ANA que analisou o
108 processo, identificou que a composição dos preços foi como se todos os consultores

109 trabalhassem o maior tempo possível no projeto. O Diretor-Presidente da AGEVAP –
110 André Luis de Paula Marques passou os últimos informes sobre a análise do processo do
111 AAI, informando que a ANA enviou ofício à AGEVAP indicando que ela não tem
112 competência para analisar o orçamento, que o órgão com maior conhecimento no assunto
113 seria empresa do setor elétrico e indicou a Empresa de Planejamento Energético – EPE
114 do poder público ou ainda contratar uma consultoria externa para as devidas avaliações,
115 comunicou aos conselheiros que esse processo não está sendo analisado no âmbito
116 criminal e sim com relação aos procedimentos administrativos. O Presidente do CA –
117 Jaime Teixeira Azulay informou que o Conselho e a AGEVAP vão apoiar a Sr.^a Maria
118 Aparecida Borges Pimentel Vargas com o fornecimento de informações e documentos
119 que forem necessários. O Conselheiro Lúcio Henrique Bandeira mostrou preocupação
120 com relação às denúncias anônimas, que em algumas situações, se há algum desafeto a
121 pessoa faz a denúncia no Ministério Público Federal - MPF e que a AGEVAP e o
122 Conselho de Administração devem se preservar para evitar essas ações no MPF.
123 Orientou que o CA deve ficar vigilante com essas ações para não serem coniventes e
124 deixar toda documentação pronta, sem emitir juízo de valores. Solicitou que assim que a
125 AGEVAP tiver acesso ao processo, solicitar vistas pois é parte interessada no assunto. O
126 Conselheiro Evandro Rodrigues de Britto questionou se há como identificar quem foi o
127 denunciante. Sendo informado que não é possível. O Presidente do CA – Jaime Teixeira
128 Azulay orientou que a AGEVAP deve deixar suas ações o mais transparente possível. O
129 Conselheiro Lúcio Henrique Bandeira perguntou sobre o que foi retirado pela PF na
130 AGEVAP, sendo informado pelo Assessor Jurídico – Edson Brasil de Matos Nunes que
131 eles recolheram dois computadores, alguns documentos e que foram entregues também,
132 cópias das gravações das reuniões do Conselho de Administração e da Assembleia
133 Geral, informou que os agentes autorizaram a realização de backup dos computadores,
134 pois receberam informações de que havia arquivos que seriam necessários para dar
135 andamento às atividades da agência. O Conselheiro Evandro Rodrigues de Britto
136 comunicou que possui informações de que houve atuação da PF logo após o depoimento
137 do Sr. Edson Fujita, quando ele fez as denúncias e que já houve uma ação da Polícia
138 Federal na AGEVAP anos atrás. Que possui uma informação decorrente da investigação,
139 que foi dada uma sentença de inocência ao Sr.^o Flávio Antônio Simões e a Sr.^a Maria
140 Aparecida borges Pimentel Vargas. Foi informado ao Conselheiro que a AGEVAP
141 desconhece esse assunto. Saliu que cabe questionar a Sr.^a Maria Aparecida Borges
142 Pimentel Vargas pois foi informado pelo Sr.^o Flávio Antônio Simões que ele possui uma
143 sentença de inocência. E que ele vai acionar a justiça no que tange ele ter perdido o
144 emprego em função desse Inquérito Civil. Encerrada essa fase foi convidada a participar
145 da reunião a Sr.^a Maria Aparecida Vargas. **Encaminhamento – 1.** Que o Diretor-
146 Presidente da AGEVAP - André Luis de Paula Marques junto com a Assessoria Jurídica
147 da AGEVAP veja a agenda da próxima reunião do CTCOB e solicite inclusão na pauta
148 para apresentar os esclarecimentos necessários aos presentes na plenária. **2.** Enviar ao
149 Conselho a solicitação enviada à AGEVAP pelos Ministérios Públicos Federal e Estadual,
150 juntamente com as respostas elaboradas pela AGEVAP. **3.** Convidar representante do
151 Ministério Público Federal para participar de uma reunião do Conselho de Administração
152 da AGEVAP e da Plenária do CEIVAP. **3. Relato da Sr.^a Maria Aparecida Borges**
153 **Pimentel Vargas – Secretária do CEIVAP.** O Presidente do CA – Jaime Teixeira Azulay
154 informou da necessidade da participação da Sr.^a Maria Aparecida Borges Pimentel
155 Vargas e agradeceu a disponibilidade dela em participar da reunião do Conselho e prestar
156 os esclarecimentos necessários. O Conselheiro Evandro Rodrigues de Britto iniciou as
157 argumentações informando que ele obteve informações sobre um procedimento da
158 Polícia Federal - PF anos atrás e que a Sr.^a Maria Aparecida Borges Pimentel Vargas e o
159 Sr.^o Flávio Antônio Simões possuem um documento inocentando os dois de quaisquer
160 acusações. A Sr.^a Maria Aparecida Borges Pimentel Vargas informou que desconhece
161 esse assunto e que o único problema foi com relação ao Instituto Mineiro de Gestão das
162 Águas - IGAM e que ela tem conhecimento de que a AGEVAP resolveu todo o problema.

163 Que sabe que o IGAM enviou documento de quitação da dívida à AGEVAP, porém até
164 hoje não possui cópia desse documento, informando que já solicitou à AGEVAP a cópia
165 desse documento, inclusive para o antigo presidente do Conselho de Administração. O
166 Conselheiro Evandro Rodrigues de Britto verificou o termo de depoimento do Ex-Diretor
167 da AGEVAP – Edson Guaracy Lima Fujita e informou que ficou preocupado com o
168 depoimento dele quando este disse que há um grupo articulado controlando a gestão da
169 AGEVAP, com proveito próprio, sendo informado pelo Diretor-Presidente da AGEVAP -
170 André Luis de Paula Marques que anteriormente o Conselho de Administração era
171 formado por mais de 20 (vinte) pessoas, sendo modificado esse número em 2008,
172 passando para 5 (cinco) conselheiros. A Sr.^a Maria Aparecida Borges Pimentel Vargas
173 comunicou que anos atrás recebeu uma ligação do Sr. Edson Guaracy Lima Fujita, numa
174 sexta-feira, informando que a polícia esteve na AGEVAP procurando por ela, entendendo
175 que ela poderia ser funcionária da AGEVAP. Que havia um entendimento da polícia junto
176 com o Ministério Público de que ela não estava enviando respostas ao MPF, dos ofícios
177 enviados ao CEIVAP, que a promotoria não estava recebendo as respostas e que estas
178 eram enviadas fora do prazo. Ela foi prestar depoimento, com o apoio da ex-assessora
179 jurídica da AGEVAP, Dr.^a Elaine Braga e do Dr. Rodrigo Melo e que ela foi até a polícia
180 em Volta Redonda, para prestar os esclarecimentos necessários. Que tais procedimentos
181 ocorreram pois muitos não entendem o sistema CEIVAP-AGEVAP. A Sr.^a Maria
182 Aparecida Borges Pimentel Vargas informou que vai relatar os fatos de traz para frente, a
183 partir do dia 04 de fevereiro quando a PF esteve no apartamento dela. Que foi uma
184 situação assustadora e constrangedora. Informou que a polícia federal esteve nos dois
185 endereços dela e que até hoje ela está sem os equipamentos e materiais de trabalho.
186 Comunicou aos conselheiros, que tempos atrás, recebeu uma carta do MPF, que só
187 depois um tempo que atentou que era para prestar um depoimento e que foi questionada
188 várias vezes, se ela recebe algum dinheiro (propina), sendo informado por ela que ela só
189 recebe dinheiro pelos serviços de consultoria que ela presta. Que houve questionamento
190 do Promotor, se ela já recebeu dinheiro da Vallenge, sendo informado que já recebeu
191 dinheiro por serviços prestados e que além disso promove todo ano o SERPASUL, evento
192 do Setor Elétrico e, para promover esse evento recebe vários patrocínios e apoios de
193 empresas. Que os valores que ela recebeu da Vallenge foram em torno de R\$ 2.000,00
194 (dois mil reais). O Conselheiro Lúcio Henrique Bandeira questionou a época em que
195 recebeu esse patrocínio, sendo informado que foi no ano de 2012. A Sr.^a Maria Aparecida
196 Borges Pimentel Vargas informou que lançou o SERPASUL em conjunto com a Rio+20 e
197 no mesmo período foi consultora da Vallenge e solicitou patrocínio da Vallenge. Que se
198 lembra de ter recebido nos anos de 2011 e 2012 os patrocínios da Vallenge, informando
199 que são valores baixos, num universo de mais ou menos R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil
200 reais), durante todo esse período. O Conselheiro Lúcio Henrique Bandeira questionou
201 qual seria o objeto da investigação, se foi essa questão do patrocínio com a Vallenge. O
202 Conselheiro Lúcio Henrique Bandeira perguntou se ela teve acesso ao processo, sendo
203 respondido pela Sr.^a Maria Aparecida Borges Pimentel Vargas que a advogada dela teve
204 acesso ao processo e fotografou algumas folhas. Que no momento, ela está aguardando
205 a devolução dos equipamentos pois não está podendo trabalhar e não possui backup dos
206 arquivos gravados no computador. E isto está trazendo prejuízos materiais e financeiros.
207 O Assessor Jurídico da AGEVAP – Edson Brasil de Matos Nunes informou que esteve na
208 Delegacia da Polícia Federal - DPF em Volta Redonda para atender uma demanda de um
209 cliente e aproveitou para verificar o andamento do processo da AGEVAP na DPF,
210 comunicando que o delegado que está acompanhando o inquérito está em licença para
211 capacitação e só quando ele retornar vai conseguir acesso aos documentos do processo.
212 A Sr.^a Maria Aparecida Borges Pimentel Vargas informou que todo esse processo está
213 prejudicando seus trabalhos de consultoria pela falta dos equipamentos apreendidos, por
214 estar na secretaria executiva do comitê. Que hoje está com todas as suas despesas
215 reduzidas, residindo em Rosal – distrito de Bom Jesus do Itabapoana no Norte do Estado
216 do Rio de Janeiro, onde possui residência própria. Que este ano não terá condições de

217 realizar o SERPASUL, evento que promove todo ano, pois não esta conseguindo os
218 patrocínios necessários para o evento. A Sr.^a Maria Aparecida Borges Pimentel Vargas
219 comunicou que ligou para o Presidente da ANA, expondo toda essa situação, informando
220 que gostaria de entregar o cargo de Secretária Executiva do CEIVAP, informando que o
221 Dr. Vicente Andreu Guillo a demoveu da ideia, pois ela foi eleita pela plenária do Comitê e
222 desempenha um bom trabalho no Comitê, o que foi endossado pelo Sr. André Correa -
223 Presidente do CEIVAP. O Presidente do CA – Jaime Teixeira Azulay ressaltou a
224 importância da Sr.^a Maria Aparecida para o sistema CEIVAP-AGEVAP. A Sr.^a Maria
225 Aparecida Borges Pimentel Vargas comunicou que não pode se manifestar sobre
226 algumas questões pois ela está sob segredo de justiça. O Assessor Jurídica da AGEVAP
227 - Edson Brasil de Matos Nunes endossou que uma vez que ela teve o sigilo bancário
228 quebrado, ela tem que resguardar. **Encaminhamento – 1.** Convocar reunião da
229 Assembleia Geral da AGEVAP, para o dia 4 de maio de 2016 (quarta-feira), tendo como
230 item de pauta a prestação de esclarecimentos da Sr.^a Maria Aparecida Borges Pimentel
231 Vargas. Nada mais havendo a tratar, o Presidente do CA – Jaime Teixeira Azulay
232 agradeceu a presença de todos e encerrou a 1^a Reunião Extraordinária do Conselho de
233 Administração da AGEVAP de 2016 às 11 horas e 50 minutos, tendo a presente ata
234 lavrada por mim, Giovana Cândido Chagas, secretária ad hoc e depois de aprovada, foi
235 assinada pelo Presidente do Conselho de Administração da AGEVAP, Sr. Jaime Teixeira
236 Azulay, que a presidiu.

237

238

239

Resende, 30 de março de 2016.

240

241

242

243

244


Jaime Teixeira Azulay

Presidente do Conselho de Administração da AGEVAP